



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

**RESOLUÇÃO Nº. 328 /2012**

**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**108ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 12/07/12**

**PROCESSO Nº. 1/4061/2007**

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 1/200708135**

**RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**RECORRIDO: SONIA MARIA PONTE MERCEARIA - EPP**

**AUTUANTE: José Ramalho do N. Costa**

**MATRICULA: 106662.1-X**

**RELATOR: Conselheiro Cícero Roger Macedo Gonçalves**

**EMENTA: ICMS – 1. OMISSÃO DE RECEITAS. 2.** Foi identificado através de levantamento financeiro fiscal omissão de recita no montante de R\$ 195.062,54 **4.** Auto de Infração julgado **IMPROCEDENTE**, por não apresentar provas inequívocas e concisas, que comprovem a materialidade da omissão de receitas imputada no auto de infração. **5.** Decisão amparada no conjunto probatório colacionado aos autos, em consonância com o *Princípio da Verdade Material* que rege o Processo Administrativo Tributário.

**RELATÓRIO:**

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato: “**omissão de recita identificada através de levantamento financeiro/fiscal/contábil, sem emissão de documentação fiscal no montante de R\$ 195.062,54. Mercadorias tributadas referente ao período de 01/01/2006 a 31/12/2006, constatada através da desc- demonstração de entradas e saídas de caixa (anexa). Segue em anexo as informações complementares ao presente auto de infração.**”



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o Art.123, inciso III, alínea “b” da Lei 12.670/96 alterada pela Lei 13.418/03.

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

- Informações Complementares;
- Ordem de Serviço nº 2007.00993;
- Termo de Início de Fiscalização nº 2007.00996;
- AR referente ao termo de início de fiscalização nº 2007.00996;
- Termo de Intimação nº 2007.15896;
- Dados cadastrais do contribuinte;
- Termo de Conclusão de Fiscalização;
- AR referente ao termo de intimação nº 2007.15896;
- Despacho e termo de juntada;
- Ar referente ao termo de conclusão de fiscalização

A contribuinte interpôs impugnação às fls. 26/32 argumentando o seguinte:

- Asseverou que a ação esta eivada de vício insanável gerando a nulidade absoluta do lançamento tributário;
- Que houve preterição do direito de defesa, pois ausentes estavam os demonstrativos que geraram a suposta infração fiscal;
- Relatou que o ato processual viciado é ato nulo conforme art. 32 da lei 12.732/97;
- Que com a falta das documentações probatórias da infração ficou impossibilitada do seu exercício de defesa e contraditório;
- Que o impedimento de vistas à documentação configura abuso do exercício da atividade fiscal;
- Asseverou que toda a fundamentação trazida aos autos foram resultante de presunções e conclusões vagas e hipotéticas sem ter sua materialidade provada;
- Informou que por ser, o contribuinte, uma empresa de pequeno porte esta desobrigada a manter regular escritura contábil, salvo os livros contábeis obrigatórios;
- Asseverou que todo e qualquer trabalho que vise imputar a omissão de recita por parte da autuante deve ser considerado além das compras, vendas, saldo de caixa e em conta movimento, duplicatas pagas e capital subscritos, empréstimos de sócio e da empresa, aumento de capital, numerário proveniente das atividades fins da empresa, salários,



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

obrigações sociais, despesas administrativas, juros recebidos, saldos iniciais de caixa e bancos, bem como os recebimentos de venda a prazo, dentre outras não se sabe quais dessas situações foram consideradas pelo autuante;

- Por fim requereu que fosse reconhecida a nulidade absoluta do auto de infração, e no mérito a sua improcedência.

Às fls. 664/669 temos o julgamento monocrático que decide pela **IMPROCEDÊNCIA** da ação fiscal, que por sua vez por tratar-se decisão contrária aos interesses fazendários, interpôs recurso de ofício no sentido de reformar ou confirmar a decisão retro, em observância ao art. 44, I da Lei 12.732/97.

**DO PARECER DA CONSULTORIA TRIBUTÁRIA:**

Através de Parecer de Nº 502/11 a Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do recurso de ofício, negar-lhe provimento, para que seja ratificada a decisão de procedência para declarar, em grau de preliminar, a **IMPROCEDENCIA** do auto de infração, conforme demonstrada a ausência da comprovação material do ilícito relatado no auto de infração.

Eis, o breve relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Trata-se de recurso oficial interposto pela **CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA** em face da recorrida **SONIA MARIA PONTE MERCEARIA - EPP**, objetivando, em síntese, a revisão da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração sob o nº. 1/4061/2007. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

No processo *sub examine*, a requerente fora autuada por *omissão de recitas*, referente ao período de 01/01/2005 a 31/12/2006.



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

1. DA PRELIMINAR DE NULIDADE

Não há preliminares a serem examinadas, uma vez que não foram suscitadas pela recorrente e não existem matérias cogníveis de ofício a serem questionadas, motivo pelo qual passo a conhecer diretamente do *meritum causae*.

2. DO MÉRITO

A partir da análise acurada do caderno processual, se infere que a presunção de legitimidade do agente administrativo está eivada de vícios, visto que o ato praticado pelo auditor afrontou os princípios norteadores da Administração Pública, ademais que o lançamento fiscal ao realizar o levantamento financeiro não considerou os ingressos de numerários restando insuficiente para demonstrar o ilícito fiscal.

É cediço que para a subsistência de uma acusação fiscal faz-se necessário muito mais do que meras presunções, sendo imprescindível a existência de um amparato consistente em documentação robusta para que se possa realmente evidenciar a ocorrência de um ilícito fiscal. Todo o levantamento deve estar consubstanciado nos parâmetros legais, não sendo permitida a ocorrência de arbitrariedades, tendo em vista que os atos dos agentes públicos possuem vinculação ao que está previsto em lei.

Neste azo, é ofuscante o entendimento de que toda a documentação que vai instruir o Processo Administrativo Fiscal deve conter provas inequívocas, concisas, que comprovem de maneira satisfatória a relação de causalidade entre os três momentos da geração do crédito tributário, quais sejam: a infração cometida, o fato gerador da obrigação e a constituição do crédito tributário; o que não ocorreu no presente caso.

Ocorre que no processo em epígrafe não se vislumbrou por parte do Fisco a utilização da documentação indispensável à realização de um levantamento coerente, pois toda a argumentação do autuante está pautada em dados que não possuem valor probatório para identificar o ilícito.

Neste azo, é ofuscante o entendimento da legislação tributária, onde toda a documentação que vai instruir o *Processo Administrativo Fiscal* deve **CONTER PROVAS INEQUÍVOCAS**, concisas, que comprovem de maneira satisfatória a relação de causalidade



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

entre os três momentos da geração do crédito tributário, quais sejam: a infração cometida, o fato gerador da obrigação e a constituição do crédito tributário; o que não ocorreu no presente caso.

In casu, se depreende que o levantamento fiscal, consubstanciado na conta financeira realizada pelo auditor, não foi devidamente estruturado, haja vista que não se levou em conta a origem de todos os recursos financeiros da empresa, tais como recebimentos, desembolsos de caixa, compras e vendas à prazo, entre outros.

No que pese à autoridade administrativa cabe ressaltar que o lançamento tributário deve sempre perseguir a obediência à lei e à verdade real dos fatos que somente poderão impor-se à medida que expressem a vontade legal estabelecida. É inadmissível reduzir a fiscalização a um *standard pessoal*, se faz necessário a busca incansável da verdade material, posto que, a legalidade é a viga mestra da atividade administrativa, consoante art. 37 da *Carta Magna*. Diferentemente da administração privada, o gestor público está completamente submetido aos mandamentos legais no exercício do seu *múnus público*, desta feita não pode ignorar o primado constitucional.

### **3. DO VOTO**

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do recurso de ofício, negar provimento, para declarar a **IMPROCEDENCIA** do feito fiscal por não conter provas inequívocas, concisas, que comprovem de maneira satisfatória a omissão de receitas imputada no auto de infração.

É o VOTO.



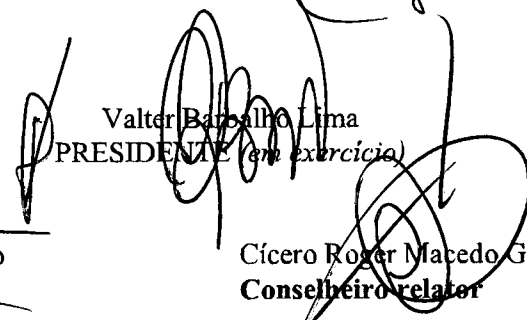
**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

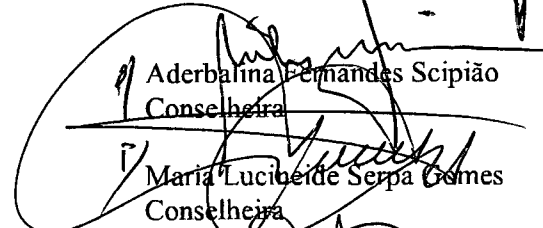
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

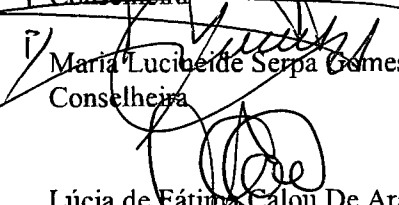
**DECISÃO**

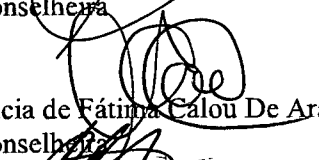
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é **DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrida **SONIA MARIA PONTE MERCEARIA - EPP**. 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a **decisão absolutória de improcedência** do feito fiscal, proferida em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 09 de agosto de 2012.

  
Valter Barbalho Lima  
PRESIDENTE (em exercício)

  
Aderbalina Fernandes Scipião  
Conselheira

  
Maria Lucideide Serpa Gomes  
Conselheira


  
Lúcia de Fátima Calou De Araújo  
Conselheira

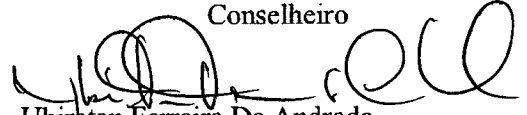
  
Rafael Gonçalves Zidan  
Conselheiro

  
Cícero Roger Macedo Gonçalves  
Conselheiro relator

Filipe Pinho Da Costa Leitão  
Conselheiro

  
Agatha L. Borges macedo  
Conselheira

  
Samuel Aragão Silva  
Conselheiro

  
Ubiratan Ferreira De Andrade  
Procurador do estado